



OLIVICULTURA E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO: UMA ANÁLISE SOBRE A EMERGÊNCIA DO SETOR EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO, RS

**Cheyhenne da Costa Schepa
Debora Nayar Hoff
Margarete Leniza Lopez Gonçalves**

RESUMO

A olivicultura é considerada um dos cultivos mais antigos conhecido pelo homem, com origem nas regiões mediterrâneas. Sua produção se expande com boa adaptação em todos os continentes do mundo, particularmente em regiões de clima subtropical e temperado. Nos últimos anos, pela ampliação da demanda, vem aumentando a necessidade de propagação das áreas de plantio pelo mundo, uma vez que as áreas tradicionais não apresentam potencialidade de expansão. Estudos de zoneamento edafoclimático do RS indicaram que a região de Santana do Livramento tem potencialidade de desenvolvimento do cultivo o que levou a emergência do setor na região. O objetivo do estudo é analisar a emergência do complexo olivícola em Santana do Livramento-RS a partir das características do desenvolvimento regional endógeno. A pesquisa conta com técnicas de levantamento de dados primários e secundários, com uso de instrumento de pesquisa validado, aplicado a 12 produtores locais. Justifica-se pela ausência de estudos de mesmo sentido. Os principais resultados sinalizam que: a) a produção é recente (pomares mais antigos tem 8 anos e estão na 4ª colheita); b) existe diversidade no tamanho das propriedades produtoras e no tamanho dos pomares; c) já está presente a produção de azeite em uma propriedade rural e outras sinalizam a intensão de industrializar localmente em parceria com o produtor pioneiro; d) existe potencialidades reais de se desenvolver com características típicas de desenvolvimento endógeno, mas as relações entre os produtores e entre estes e os demais atores locais precisa ser aprimorada.

PALAVRAS-CHAVE: Setor Olivícola, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Endógeno



INTRODUÇÃO

A olivicultura produz um fruto chamado azeitona e um produto industrializado azeite em vários mercados: o azeite de oliva. É considerado um dos cultivos mais antigos conhecido pelo homem, com origem nas regiões mediterrâneas. Sua produção se expande com boa adaptação em todos os continentes do mundo, particularmente em regiões de clima subtropical e temperado (DA SILVA, 2013).

Nos últimos anos, pela ampliação da demanda, vem aumentando a necessidade de propagação das áreas de plantio pelo mundo, pois áreas tradicionais estão saturadas. A busca por novas áreas passa pela ocupação de zonas marginais e novas áreas de produção com condições edafoclimáticas para a produção de oliveiras, bem como pelo desenvolvimento de novas cultivares, visando melhorar o desempenho da planta nos novos ambientes (WREGGE; COUTINHO; PANTANO; JORGE, 2015).

Sobre as condições climáticas ideais, a temperatura adequada, para que ocorra a frutificação efetiva normal, não deve ser maior que 35 °C ou ser menor que 25 °C. Além disso, a planta se desenvolve melhor em regiões onde a umidade relativa é baixa na época de florescimento (entre 60 a 80%). Sobre o solo, as indicações são de que a “oliveira se desenvolve melhor em solos de textura média (franca, francoarenosa, franco-argilosa, argilo-arenosa e franco-argilo-arenosa), com profundidade maior que 0,80m, livres de camadas compactadas e, principalmente, bem drenados” (umidade excessiva no solo, mesmo que pontual é bastante prejudicial à planta) (COUTINHO et al., 2009).

No Brasil, constata-se a presença da oliveira há muitos séculos, adaptando-se quase todos os Estados da Federação, em especial nas regiões Sul e Sudeste. O Brasil é o quinto maior importador mundial de azeite de oliva e ocupa o quarto lugar de maior importador mundial de azeitonas de mesa (COUTINHO et al, 2009). Apesar do país apresentar um mercado consumidor relevante tanto para azeitonas quanto para azeites, a área de plantio e a produção nacional ainda são pequenas (produção de 647 toneladas de azeitonas em 2016 para uma importação de 56.582 toneladas no mesmo período) (IBGE, 2018; FAO, 2018).

Já no Rio Grande do Sul, a cultura da oliveira foi inserida em 1948, por meio da criação de um órgão especializado da Secretaria da Agricultura. O mesmo deveria gerir e guiar os trabalhos de estímulo para o desenvolvimento e pesquisa dessa atividade produtiva. Análises das azeitonas e do azeite produzido no Brasil indicam qualidade intrínseca no



produto sinalizando potencialidade competitiva do setor perante o mercado internacional o que contribuiu para a expansão do setor no RS (COUTINHO et al., 2009).

O município de Santana do Livramento-RS, situado no paralelo 31, com um clima de verão considerado morno e úmido e com um inverno ameno (apresenta temperaturas que, em geral, variam de 8°C a 31°C, sendo raramente menor que 2°C e maior que 35°C), situa-se em uma das regiões consideradas propícias para o desenvolvimento da olivicultura (COUTINHO et al., 2009). Neste contexto, os pomares começaram a ser implantados no município no ano de 2009, tendo sua primeira produção no ano 2014, atingindo 18,77% da produção do estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2018). Mantendo-se líder na produção em toneladas de azeitonas até o ano 2016, último dado disponível para as análises feitas neste estudo. A cultura da plantação de oliveiras tem expandindo-se por meio de esforços de vários investidores individuais, tendo-se a expectativa de que o resultado do processo produtivo possa contribuir para o desenvolvimento da região de forma distinta de outros setores produtivos que se expandiram a partir dinâmicas externas à região.

A inexistência de estudos que englobem o setor produtivo fez com que se estabelecesse como objetivo geral do estudo: analisar a emergência do complexo olivícola em Santana do Livramento-RS a partir das características do desenvolvimento regional endógeno. Entende-se que o conhecimento setorial é relevante uma vez que pode vir a contribuir com iniciativas mais focadas e adequadas para alavancar seu desenvolvimento, principalmente quando se pensa em políticas públicas. Complementarmente, justifica-se ainda o esforço de pesquisa, porque estabelece-se no compromisso da universidade com o desenvolvimento regional.

A pesquisa tem características exploratórias e descritivas e combina técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, com uso de dados secundários e levantamento de dados primários. Para o levantamento de dados primários usou-se um questionário validado por 3 especialistas, o qual foi aplicado entre 12 (doze) produtores atuantes no município de Santana do Livramento. Também foram usadas entrevistas, a fim de captar informações complementares que pudessem contribuir com o estabelecimento de um histórico para o setor no município. Destaque-se que a amostra corresponde a um pouco mais de 70% dos produtores identificados na cidade, os quais chegam a 17. O panorama produtivo estabelecido com dados secundários inclui informações sobre a produção e a área de produção no país e nos principais estados produtores. Os dados primários contribuem para a construção do histórico do setor no município, detalham um pouco mais a realidade local



produtiva, bem como sinalizam características do desenvolvimento do setor e sua interação com a região, na perspectiva adotada.

Os resultados foram organizados da seguinte forma: a primeira parte refere-se à introdução, que apresenta elementos sobre o problema do estudo e sua importância. Em seguida, uma breve revisão de literatura, com ênfase nos conceitos de desenvolvimento regional e desenvolvimento regional endógeno. A terceira parte apresenta informações referentes ao tema escolhido, mostrando um panorama da olivicultura que vai do Brasil ao município de Santana do Livramento, apresentando-se os resultados e dados do município de Santana do Livramento, referentes ao estudo realizado, com base no referencial escolhido. Por fim, as considerações finais deste estudo, onde se apresentaram recomendações para estudos futuros.

2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Seguindo as mudanças estruturais da economia, as teorias de desenvolvimento regional foram modificadas notavelmente ao passar dos anos. Esse progresso pode ser observado em três períodos distintos. O primeiro vai de 1800 até a metade do século XX, tendo como as teorias tradicionais de localização industrial, com ênfase nos pensadores Von Thunen, Weber, Cristaller, Losch e Isard, esses autores têm como princípio da análise a distância e a área. Os autores procuram estabelecer modelos de localização da produção de maneira a diminuir os custos de transporte. Essas teorias limitam-se em quantificar os custos e os lucros que uma determinada firma terá se instalada em uma determinada região, procurando identificar qual a localização mais favorável a ela (FOCHEZATTO, 2010).

Ainda de acordo com Fochezatto (2010) o segundo período de construção de teorias de desenvolvimento regional inicia-se no decorrer da década de 1950, estendendo-se até meados da década de 1980. Neste período formularam-se conceitos e métodos de desenvolvimento regional focados em um outro conjunto de conceitos, conforme quadro 1.

A partir dos anos de 1970 e 1980, quando o conjunto de questões do desenvolvimento regional alterou-se e renovou-se, a função das empresas de grande porte, na teoria dos pólos de crescimento e nas visões centro-periferia, deu lugar para a procura de novos métodos para o estudo do desenvolvimento regional (CAVALCANTE, 2008). Este terceiro período gerou teorias que visavam a inclusão de externalidades dinâmicas do estilo marshallianas nas economias locais. Apesar dos autores deste período terem este pensamento em comum, o grupo se subdivide em duas abordagens diferentes, tendo de um lado Arthur e Krugman, de outro têm-se autores institucionalistas e evolucionistas, dentre os



quais Becattini e Storper. A vertente de Arthur e Krugman incluía em seus fundamentos as ideias marshallianas de economias externas, não unicamente no fundamento tecnológico, como também monetário e os rendimentos de crescente escala. A vertente de Becattini e Storper incluía também em seus fundamentos as economias marshallianas, porém, distintamente dos anteriores, aumentando os retornos crescentes, elencando função significativa para os agentes locais na composição de fatores e na organização do processo acumulativo. O que difere esse subgrupo de evolucionistas e institucionalistas para o subgrupo de Krugman, é que neste grupo o processo cumulativo passa pela relação e pela organização entre os agentes, enquanto no de Krugman ele passa particularmente pelo sistema de preços e pelo mercado (FOCHEZATTO, 2010).

De acordo com Cavalcante (2008) até a efetivação dos efeitos da terceira revolução industrial nas teorias do desenvolvimento regional, estas eram divididas em duas correntes de pensamentos principais: A. a corrente de Von Thunen (1926) e Isard (1956), que elegiam o fator de localização como elemento dinâmico do desenvolvimento; e B. as teorias elaboradas por meio do referencial de Marshall (1980) e Keynes (1936), representadas principalmente por Perroux (1967), Myrdal (1965) e Hirschman (1961), que elegiam a industrialização como elemento dinâmico do desenvolvimento.

Quadro 1 – Conceitos e Métodos de Desenvolvimento Regional na década de 1950

O CONCEITO DE POLO DE CRESCIMENTO	O CONCEITO DE CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA	O CONCEITO DE EFEITOS ENCADEADORES
Discorre-se sobre a possibilidade da vida econômica ser resultante da ação particular de empresas, as quais, por sua proporção e acomodação, são capazes de executarem um papel dominante e articular do restante da economia – as chamadas firmas ou setores motrizes. O objetivo da teoria é entender porque o crescimento apresenta-se em pontos ou polos de crescimento, acarretando um desequilíbrio. (PERROUX, 1967);	Procura dizer que o crescimento da economia em alguma região produz um “círculo vicioso” que é motivado pela migração de capital humano, movimento de capitais, elevação na taxa de natalidade, entre outros. Ao contrário, as economias que não usufruem deste processo apresentam um “círculo vicioso”, onde com o encerramento de empresas, por consequência aumenta o desemprego, logo, reduz a renda da região, que causa novos desempregos (MYRDAL, 1965);	Para frente e para trás. O efeito em cadeia para frente é de difícil visualização, é preciso acompanhamento dos efeitos de cadeia para trás, que se originam da pressão à procura. Estes efeitos de encadeamento podem gerar dinâmicas econômicas mais amplas, a partir da movimentação de poucos setores produtivos, muito encadeados com o restante do sistema econômico. É visto o processo de desenvolvimento como uma cadeia de desequilíbrios (HIRSCHMAN, 1958).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nas abordagens conceituais sobre o desenvolvimento regional, é possível notar semelhanças nas reflexões dos autores que estudam sobre este tema. Para Amaral Filho



(1995) a maior parte dos autores que se dedicam há décadas a estudar os conceitos que referenciam o desenvolvimento das regiões concorda que estão surgindo novas janelas de oportunidades. Estas oportunidades permitiriam que as regiões, fora dos grandes centros de aglomeração, constituam processos de desenvolvimento por meio de políticas de implantação de distritos industriais de modelo marshalliano ou por meio de reorganização regional constituída na elevada tecnologia e no aumento de inovações.

Portanto, até a década de 1980, as políticas de desenvolvimento regional estavam baseadas nas teorias de polarização, as quais ocorriam atrás da interferência estatal para diminuir as desigualdades inter-regionais. De acordo com Diniz e Crocco (2006), esse tipo de abordagem teórica alicerçada nos mecanismos puramente econômicos na luta contra as disparidades regionais, não levavam em consideração aspectos institucionais como hábito, cultura, tradição e associativismo. Neste sentido, a próxima seção irá apresentar, com base na conceituação de alguns autores, o desenvolvimento regional endógeno que traz como ponto central o papel dos agentes locais como propulsores do desenvolvimento.

2.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

As preocupações mais evidentes acerca da questão do desenvolvimento local têm início na década de 1990. Naquele momento buscavam-se alternativas de como empreender iniciativas de desenvolvimento por meio de características, capacidades e recurso locais. Emergem ali, de forma mais evidente, discussões acerca do desenvolvimento endógeno. O que o diferencia do desenvolvimento exógeno é que o desenvolvimento endógeno, tem como proposta de desenvolvimento a sua estruturação por meio dos próprios atores locais (de baixo para cima), ao contrário do exógeno, que depende do planejamento centralizado (de cima para baixo). Deste modo, uma parte das novas teorias econômicas, que estudam a questão regional, tem em comum a tentativa de integrar o método geral de reformulação produtiva e de rápida divisão internacional do trabalho com o uso de métodos que concedem sustento para as estratégias de localização das firmas e às estratégias de desenvolvimento regional (TENÓRIO, 2007).

O conceito de desenvolvimento endógeno, da ótica regional, é compreendido como um meio de crescimento econômico que resulta em uma contínua expansão da capacidade de agregação de valor sobre a produção e o potencial de uma determinada região em absorvê-la, no qual o empenho é a retenção de excedente econômico criado na economia local ou a atração de excedentes originários de outras regiões, este processo todo resulta no aumento do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001).



Nesse sentido, a aparência nova do processo, resulta do modelo de desenvolvimento não ser mais elaborado pelo planejamento centralizado, mas sim pelos próprios atores locais (AMARAL FILHO, 1996). Para que o crescimento ocorra no longo prazo com características positivas, como com a competitividade, distribuição de renda e o mínimo de impacto ambiental, é essencial que o método de desenvolvimento local seja efetuado de forma que inclua outros fatores de produção, bem como ciência e tecnologia, capital humano, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento, instituição e meio ambiente. Todos estes fatores devem ser estabelecidos dentro da região pelo meio endógeno (AMARAL FILHO, 1996). O desenvolvimento endógeno pode ser visto como um processo de crescimento econômico e mudança estrutural, liderado pela comunidade ao utilizar o potencial de desenvolvimento que leva a melhoria do nível de vida da população (BARQUEIRO 2001 ,p. 41). Nesse sentido, o desenvolvimento endógeno é baseado na realização de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando à fundação do desenvolvimento como algo que gere a inovação. A abordagem teórica do desenvolvimento endógeno, sendo parte da discussão acerca do desenvolvimento regional, acredita que a sociedade e as relações sociais têm um papel importante no processamento de desenvolvimento de uma determinada região (STEINKEL; BAUMGARTEN, 2017).

Saber distinguir quais são os elementos de partida para o desenvolvimento local é também fator determinante nas discussões sobre o desenvolvimento endógeno. Dentre os determinantes estão elementos de ordem cultural, os meios, as formas de pensar e agir da população envolvida. Neste contexto, é necessário que seja entendido que cada local tem seus costumes, suas características únicas, as quais dinamizam ou limitam seus processos internos (CABUGUEIRA, 2000). Portanto, é preciso que as comunidades locais se organizem. O sucesso de cada região ou local passa a depender exclusivamente da capacidade competitiva, baseada na habilidade de atração da região através do conjunto de elementos naturais, econômicos, sociais, culturais e políticos. O desenvolvimento regional endógeno, por considerar e dar importância à sociedade civil local e aos processos de relação social e de organização, possibilita que a região alcance um crescimento sustentado a longo prazo. Ao mesmo tempo garante que o processo não se descole da base cultural e social da região (BARQUERO, 1988).

Conforme a Agência de desenvolvimento de Jundiaí e Região - ADEJ (2018), o desenvolvimento endógeno é o desenvolvimento articulado a partir de recursos provenientes da própria região. Normalmente possibilita a maximização do uso de fornecedores de



materiais e serviços locais, os quais tendem a ser micro ou pequenas empresas, sendo fortes geradoras de empregos. Além disso, apresentam-se de forma harmônica com a cultura empresarial local e com o perfil dos recursos humanos locais.

Ainda neste sentido, vale enfatizar que promoção deste tipo de desenvolvimento estimula sentido empreendedor nos cidadãos. São criados meios que facilitam atitudes empreendedoras, como a organização de incubadoras de empresas de forma ampla, ou o apoio ao desenvolvimento de métodos sócio-produtivos mais favoráveis, capacitação empresarial, gerencial e tecnológica, acesso ao crédito ou a microcrédito de forma mais específica. É comum também que emergam ações que dinamizam ou favoreçam o surgimento de Arranjos Produtivos Locais (APL).

Pode-se dizer que nesta concepção o desenvolvimento das regiões passa por sua organização interna, mobilizando as forças locais. Assim sendo, as relações econômicas estão baseadas no conhecimento e na confiança existentes entre os atores envolvidos (BARQUEIRO, 2002). Para que uma região delimite sua estratégia de desenvolvimento local é necessário o fortalecimento da capacidade organizacional de seus atores locais e de suas instituições, ou seja, deve-se instigar a capacidade de aprendizado para que estes agentes possam responder aos problemas de desenvolvimento local. As forças locais incluem os empresários existentes e potenciais, universidades, prefeituras, secretarias de Estado e outros órgãos públicos que tem vínculo com a questão regional (SOUZA, 2009). Tem então como objetivo fortalecer o potencial da região por meio de ações endógenas, planejada pelos seus vários atores (sociedade civil, o mercado e o poder público) (TENÓRIO, 2007).

Por outro lado, “o desenvolvimento endógeno defende a flexibilidade frente às formas rígidas de organização da produção” (BARQUERO, 2001, p. 92). Essa afirmação sinaliza que os sistemas produtivos locais são capazes de retomar as economias externas não usadas, que estão “escondidas” no sistema. Para que isso ocorra é necessário que o sistema de relações econômicas, sociais e institucionais estabeleça formas de introdução e conservação das inovações como parte constante e relevantes do processo de desenvolvimento.

Diante da conceituação dos autores abordados, são harmoniosas quando falam que o desenvolvimento endógeno faz parte da abordagem mais ampla de desenvolvimento regional. Além disso, enfatizam que o desenvolvimento endógeno contribui para a superação da problemática das desigualdades regionais, bem como expõem os instrumentos de política necessários para a sua correção. Dado esta revisão de literatura,



pode-se dizer que, de modo geral, o desenvolvimento regional endógeno tem as características apresentadas no quadro 2.

Quadro 2 - Características do Desenvolvimento Regional Endógeno de acordo com o referencial consultado

Característica	Referências
O processo cumulativo passa pela relação entre os agentes e pela capacidade de organização coletiva destes.	FOCHEZATTO, 2010
Retenção de excedente econômico criado na economia local ou a atração de excedentes originários de outras regiões, resultando no aumento do emprego, do produto e da renda do local ou da região.	AMARAL FILHO, 2001
Inclusão de outros fatores de produção, bem como ciência e tecnologia, capital humano, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento, instituição e meio ambiente. Todos estes fatores devem ser estabelecidos dentro da região pelo meio endógeno.	AMARAL FILHO, 1996
Estabelecimento de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando à fundação do desenvolvimento local como algo que gera a inovação.	STEINKEL; BAUMGARTEN, 2017
Estabelecimento de relações do setor com a sociedade local.	STEINKEL; BAUMGARTEN, 2017
Uso de fornecedores de materiais e serviços locais.	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO, 2018
Estímulo ao sentido empreendedor nos cidadãos: existência de incubadoras de empresas, Capacitação para métodos sócio-produtivos mais favoráveis, Capacitação empresarial, gerencial e tecnológica, Desenvolver APLs locais, Acesso a crédito ou micro- crédito local.	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO, 2018
Planejamento do Desenvolvimento Local (ou do setor) que conte com vários atores (sociedade civil, o mercado e o poder público).	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO, 2018
A importância do papel dos atores locais, tais como: universidades, centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais, entre outros	BARQUEIRO, 2002

Fonte: Elaborada pelos autores.

A próxima seção fará uma exposição sobre o cultivo de oliveiras no Brasil e também apresentará os resultados da pesquisa realizada sobre o setor em Sant'Ana do Livramento.



3. PANORAMA OLIVÍCOLA: DO BRASIL À SANTANA DO LIVRAMENTO

Para possibilitar um breve contexto do setor, a seção foi organizada apresentando inicialmente as informações sobre a cultura da oliveira e informações de sua introdução no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul. Após é apresentada a introdução do setor no município de Santana do Livramento, acompanhado da análise dos dados secundários e primários coletados durante a pesquisa.

3.1 OLIVICULTURA NO BRASIL

A Oliveira foi inserida no Brasil ainda no período da colonização. A grande parte dos olivais foram plantados próximos as igrejas, pois os galhos da planta eram utilizados para a celebração de Domingos de Ramos. Foram plantadas por padres e por alguns fazendeiros, por despertar certa curiosidade. Esses pequenos olivais iniciais foram exterminados por ordem da Coroa Portuguesa, pois esta não queria que o Brasil concorresse com seus produtos (COUTINHO; RIBEIRO; CAPPELLARO, 2009).

Por muito tempo o Brasil consumiu azeitonas e importados, principalmente de Portugal. Entre as décadas de 1940 e 1950, no Rio Grande do Sul, surgiram pioneiros no setor, como o Embaixador Batista Luzardo, que plantou em torno de 72.000 mudas de oliveira em Uruguaiana, em 1948, na Fazenda Dom Pedro. Com mudas oriundas da Argentina, o olival foi considerado, por algum tempo, o maior do Brasil (GOMES, 1979).

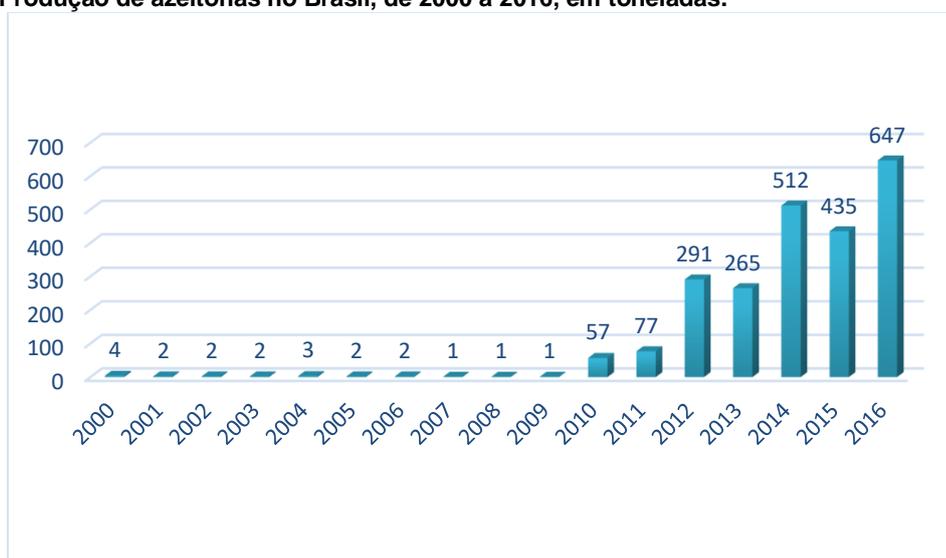
Nestas mesmas décadas o engenheiro agrônomo Del Mazo, estudou as oliveiras, percorrendo quase todo o Brasil, em busca de plantas remanescentes da época colonial. Algumas haviam sobrevivido em praças e outros locais públicos e privados. Ele afirma ter encontrado a planta em várias regiões do país. Mas foi nas Regiões Sul e Sudeste, precisamente nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e no Leste Meridional dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro onde mostrou-se mais adaptada e com maior potencial de desenvolvimento (GOMES, 1979).

Não por acaso¹, contemporaneamente os principais estados produtores são: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, nos quais encontram-se instaladas a produção de olivais, beneficiamento de azeitonas e produção de azeite. De acordo com pesquisas já realizadas, existe a possibilidade real para que o Brasil, a longo e médio prazo, possa se tornar um grande produtor de azeitonas de mesa e de azeite. A qualidade presente

¹ O zoneamento edafoclimático contribui de forma sistemática à organização, se torna possível identificar as regiões recomendáveis, as poucas acessíveis e as não recomendáveis, de forma a orientar o ordenamento territorial conforme com aptidão climática e edáfica mais relevantes à cultura (EMBRAPA, 2013). Zonas identificadas como recomendáveis estão presentes nestes estados produtores.

nos produtos indica que poderá competir no mercado nacional e também no internacional. No entanto, os pesquisadores sinalizam que é preciso que toda a cadeia produtiva (produtores, beneficiadores, comerciantes, instituições creditícias e de extensão, entre outros) esteja organizada (EMBRAPA, 2013) (COUTINHO; RIBEIRO; CAPPELLARO, 2009). Conforme dados da FAO (Figura 1), o Brasil começou a ter um aumento significativo na produção a partir do ano 2010.

Figura 1 – Produção de azeitonas no Brasil, de 2000 a 2016, em toneladas.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da FAO, 2018.

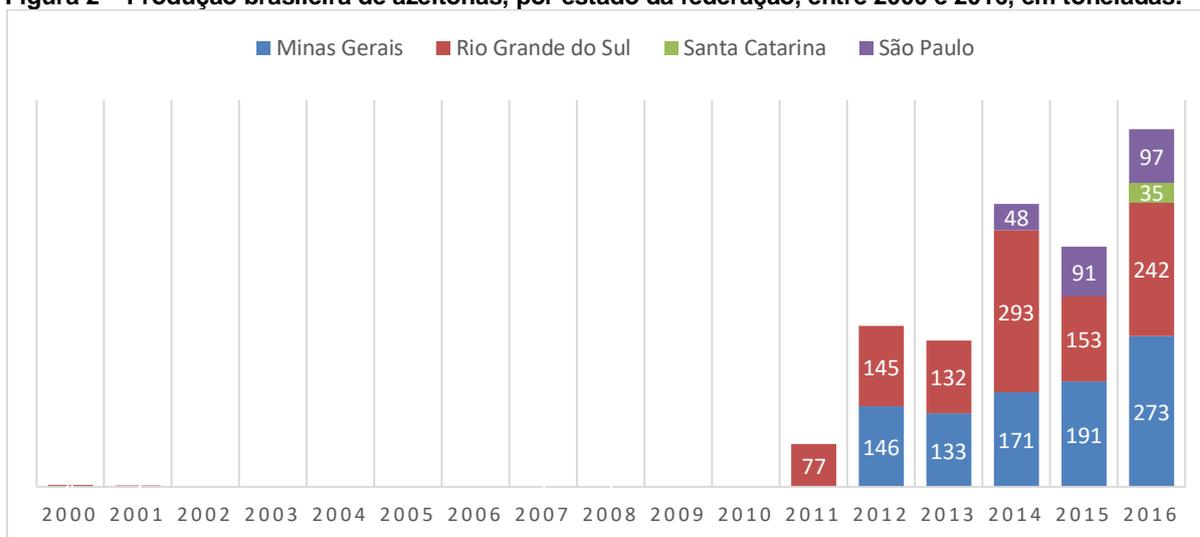
Naquele ano a produção chegou a 57 toneladas, após seis anos, no ano de 2016 já teve um grande salto com uma produção de 647 toneladas. Isso representa um crescimento de 1.035% em 6 anos. É importante destacar que esse salto na produção de azeitonas, permite aproveitar uma oportunidade que as tradicionais áreas de cultivo de oliveira nos países mediterrâneos estão proporcionando: suas áreas de cultivo estão ficando esgotadas, existindo pouca capacidade de expandir os plantios já existentes. Complementarmente, países da América do Sul como Chile, Argentina e Peru tem respondido cada vez mais pelas importações brasileiras de azeite, o que ajuda a identificar que produtores menos relevantes em volume estão participando do comércio internacional do produto (MESQUITA *et al.*, 2006).

A cultura da oliveira no Brasil, principalmente nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo é crescente no período observado (figura 2). Neles já está presente a produção e beneficiamento de azeitonas, bem como o engarrafamento de azeite. Segundo dados da Emater e da Associação dos Olivicultores dos Contrafortes da

Mantiqueira (Assoolive), entre esses quatro estados existem 1.200 ha de terra onde foram implantados cultivo de oliveira (EMBRAPA, 2013).

Conforme os dados da figura 2, o estado do Rio Grande do Sul, já produzia 4 toneladas de azeitonas no ano de 2000. Em 2016 sua produção já estava em 242 toneladas (um incremento de 5.950%) o que representou 37,40% da produção nacional naquele ano. Sua maior produção ocorreu no ano de 2014, 293 toneladas. O estado de Minas Gerais iniciou sua produção no ano 2012 com 146 toneladas. A expansão da produção neste estado é rápida e no ano 2016 alcançou um total de 273 toneladas, chegando a 42,19% da produção nacional. Minas Gerais e o Rio Grande do Sul vêm competindo, nos últimos anos, pelo status de maior produtor brasileiro de azeitonas. O estado de São Paulo iniciou a produção no ano de 2014 com 48 toneladas e no ano 2016 estava com 97 toneladas. Já o estado de Santa Catarina iniciou no ano 2016 com 35 toneladas (IBGE, 2018).

Figura 2 – Produção brasileira de azeitonas, por estado da federação, entre 2000 e 2016, em toneladas.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE, 2018.

3.2 A OLIVICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

A respeito da inserção da cultura no Rio Grande do Sul, em 1948 foi criado, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, o Setor Oleícola, com propósitos de: a) orientar os trabalhos de pesquisa e fomento no setor; b) realizar experimentos com as variedades de oliveiras; c) identificar as zonas olivicultoras no estado. Esta iniciativa perdurou até o início dos anos 1980 (COUTINHO; RIBEIRO; CAPPELLARO, 2009).

No ano de 2013 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) lançou o Zoneamento Edafoclimático da Olivicultura para o Rio Grande do Sul, que é um guia que



permite avaliar as melhores zonas de produção para a olivicultura na região. Esta avaliação é feita em termos de solo e clima, com o intuito de gerar conhecimento para a tomada de decisões de investimentos neste ramo. Conforme este guia, o Rio Grande do Sul tem 6,8 milhões de hectares com aptidão edafoclimática recomendável (FILIPPINI ALBA *et al.*, 2013). Isso é coerente com o fato de países próximos, como no caso da Argentina, Uruguai e Chile, em que o mercado já está consolidado, terem a produção estabelecida há anos, dada a condição edafoclimática existente (TERAMOTO, BERTONCINI e PRELA-PANTANO, 2010).

No ano 2000, a produção só existia no município de Rio Grande com 3 toneladas, e nos anos de 2007 e 2008 com 1 tonelada em cada ano, desde então não houve mais produção até o ano de 2016. No ano de 2001 houve produção de 1 tonelada no município de Rolante. No ano de 2010 o estado do Rio Grande do Sul tinha uma área plantada de 400 ha, tendo como principais municípios: Alegrete, Bagé, Cacequi, Cachoeira do Sul, Caçapava do Sul, Candelária, Candiota, Dom Pedrito, Jaguarão, Rio Grande, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Francisco de Paula, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguiana e Viamão (TERAMOTO, BERTONCINI e PRELA-PANTANO, 2010).

A partir do ano 2011 começou a produção mais forte em outros municípios, onde o município de Cachoeira do Sul se destaca na produção, tendo no ano 2014 a produção de 152 toneladas, sendo seu maior número desde 2011. O município de Santana do Livramento inicia sua produção no ano 2014, desde então vem liderando na produção em toneladas de azeitonas até o ano 2016. Os 9 principais municípios produtores representam 87% da produção do estado (CENSO AGRO, 2017). Destaque-se por fim que o Estado do Rio Grande do Sul produziu, em 2017, 1.250 toneladas de azeitonas, um volume 93% maior do que no ano imediatamente anterior (este dado ainda não está disponível por município, o que será possível observar assim que o censo agropecuário estiver disponível em sua forma mais detalhada).

3.3 A INSERÇÃO DA OLIVICULTURA EM SANTANA DO LIVRAMENTO

A olivicultura foi inserida no município de Santana do Livramento pelo agrônomo peruano Sr. Fernando Rotondo (este é o entrevistado 1 da pesquisa, o qual autorizou sua identificação nos resultados), no ano 2009. As mudas, oriundas do Chile, foram trazidas de um viveiro localizado em São Paulo. Para ter certeza que o município era apropriado para o cultivo da planta o produtor estudou o clima o solo e fez avaliações dos recursos e fatores críticos para o empreendimento. Apesar do tempo que tem com o cultivo o produtor ainda está estudando

quais as variedades que melhor se adaptam no município, tendo mudas originárias do Chile, Grécia, Espanha e Argentina. A primeira colheita do Sr. Rotondo, no olival nomeado Olivopampa, foi no ano 2014, estando atualmente em sua 4ª colheita. A propriedade dispõe de uma máquina que faz o processo de esmagamento das azeitonas logo após a colheita, produzindo assim um azeite fresco para o consumo. Sua marca já está inserida no mercado e leva o nome de Ouro de Sant'Ana (ENTREVISTADO 1, 2018).

Outras pessoas da região (algumas já envolvidas com a produção rural e outras que se inserem na agricultura via olivicultura) viram uma oportunidade de expansão de sua renda como cultivo da planta e já no ano de 2010 tem-se registro do início de outros plantios. Em dados quantitativos, a tabela 1 apresenta os resultados de produção de Santana do Livramento, em comparação com a produção total do Rio Grande do Sul e do Brasil para o período que vai de 2014 a 2017 (período que conta com dados disponíveis na base de dados SIDRA do IBGE).

Tabela 1 – Produção total de azeitonas em Santana do Livramento, em comparação com a produção total do Rio Grande do Sul e do Brasil, para o período de 2014 a 2017.

Ano	Produção Total (toneladas)			Produção Relativa (%)		Taxa de Crescimento Anual da Produção de Santana do Livramento (%)
	Santana do Livramento	Rio Grande do Sul (RS)	Brasil	Em Relação ao RS	Em relação ao Brasil	
2014	55	293	512	18,77%	10,74%	-
2015	54	153	435	35,29%	12,41%	-1,82%
2016	75	242	647	30,99%	11,59%	38,89%
2017	120	794	1250	15,11%	9,60%	60,00%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE, 2018.

Observe-se ainda na tabela 1 que o registro da produção de azeitonas no município de Santana do Livramento que teve início no ano 2014 e apresenta tendência de crescimento. A produção do ano de 2017 foi 60% maior do que a de 2016, que já havia sido 39% maior do que a do ano anterior. Em relação com a produção total do estado do Rio Grande do Sul, no ano 2015 a produção do município equivaleu a 35,29% da produção do estado, um percentual considerado alto em comparação com a quantidade de municípios que produzem no estado todo. E em relação ao Brasil no ano 2014 que foi o ano que iniciou a produção no município de Santana do Livramento, já atingiu em torno de 10% da produção brasileira, um percentual muito bom por estar em seu primeiro ano de produção. Chegando ao ano 2015

em sua melhor participação na produção brasileira com 12,41%. Sobre a área plantada no município, os dados do IBGE indicam, para o período de 2014 a 2017, que existem apenas 30 hectares. Este dado não representa a realidade, uma vez que os dados coletados em pesquisa primária mostram que, só para os proprietários pesquisados, esta área já equivale a 197,5 hectares no ano de 2018.

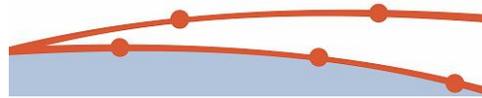
As informações obtidas sobre as características das propriedades foram organizadas na tabela 2. As propriedades foram caracterizadas de acordo com seu tamanho em hectares, a idade média do seu pomar, a área plantada e número de oliveiras plantadas que a propriedade possui. De acordo com os dados pode-se dizer que o tamanho médio das propriedades olivícolas é de 391 hectares. A maior propriedade produtora tem 2800 hectares e a menor tem 9 hectares. Se considerada a classificação² usada pelo INCRA para o tamanho das propriedades rurais a produção olivícola das propriedades pesquisadas está distribuída entre 5 minifúndios, 3 pequenas propriedades, 2 médias propriedades e 2 grandes propriedades rurais.

A idade média do pomar é de três anos e meio, tendo os pomares mais antigos oito anos e os mais novos menos de um ano de existência. A área total plantada com pomares entre os produtores pesquisados chega a total de 197,5 hectares. Este número mostra um desvio padrão com uma variação maior, sendo que a maior área plantada é de um produtor com 120 hectares e a menor área plantada é de 2 hectares plantados. Neste mesmo sentido, o número de oliveiras plantadas entre o total de produtores entrevistados é de 43.469 unidades, tendo também um desvio padrão elevado de 5.204,62, com uma variação grande de cada propriedade. O maior produtor conta com 18 mil pés, enquanto o menor produtor tem um pomar de 500 plantas.

Tabela 2 – Característica das propriedades Olivícolas pesquisadas em Santana do Livramento, em 2018

Propriedade	Tamanho da Propriedade (hectares)	Idade Média do Pomar (Anos)	Área Plantada com Pomar (Hectares)	Número de Oliveiras Plantadas (Unid.)
P1	74	8	25	10.000
P2	12	0,5	4	1.140
P3	2.800	4	120	18.000
P4	200	1	5	3.000
P5	20	0,58	3	1.050
P6	23,2	4	2	500
P7	72	8	4	888

² O INCRA classifica como Minifúndio as propriedades que tenham até 1 módulo fiscal de tamanho; como Pequena Propriedade as que tenham entre 1 a 4 módulos fiscais de tamanho; Média Propriedade as que tenham entre 4 e 15 módulos fiscais de área; Grande Propriedade as que tenham mais que 15 módulos fiscais de área. O módulo fiscal, em Santana do Livramento, tem 28 hectares (INCRA, 2018).



P8	1.000	3	3,5	970
P9	70	5	5	1.800
P10	9	1	7	1.850
P11	14	3,5	9	1.071
P12	400	2,5	10	3.200
TOTAL	4.694,2	-	197,5	43.469
MÉDIA	391,18	3,42	16,46	3.622,42
DESVIO PADRÃO	810,20	2,60	33,18	5.204,62

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no levantamento primário de dados feito em 2018.

Com base nestes dados é possível observar que existem produtores que já estão há alguns anos produzindo, havendo dois que já estão com plantações há 8 anos e alguns que iniciaram recentemente com apenas 6 meses de plantação. Entre os pesquisados apenas dois pomares já estão produzindo. O P3 já teve 1 colheita com uma produção pequena, conforme ele destacou, tendo em torno de 1.000 árvores produtivas, ainda não há um número da produção anual de azeitonas e nem do azeite, pois, conforme ele: “não temos histórico ainda, a primeira produção real será em 2019” (ENTREVISTADO P3, 2018). Já o produtor P1 está produzindo e está em sua 4ª colheita, tendo 90% de suas árvores produtivas. Conforme o entrevistado no ano de 2017 teve uma produção de 70 toneladas de azeitonas, neste mesmo ano obteve uma produção de 7 mil litros de azeite de oliva. Já no ano de 2018 ta produção foi de 25 toneladas de azeitonas e 2 mil litros de azeite de oliva. Essa variação da produção é típica das oliveiras, conforme já mencionado (ENTREVISTADO P1, 2018).

Apenas um produtor está produzindo em escala comercial, sendo ele o P1. O azeite é produzido na sua propriedade, no município de Santana do Livramento. No ano 2015 este produtor investiu em seu espaço próprio para produzir os azeites de imediato, assim que a azeitona for colhida, com isso o processamento é feito horas depois. Esse tipo de processo traz diferenciação para o produto, o qual apresenta características e sabor marcante, ocasionado uma ótima produção com qualidade para o consumidor.

Conforme o levantamento primário, pode-se dizer que 42% dos produtores entrevistados são pessoas da região que já atuavam na produção rural e recentemente encontraram a olivicultura como alternativa de diversificação de renda, isso equivale a 5 produtores. Já 25% dos entrevistados (3 produtores) também são pessoas da região, que já atuavam em atividades empreendedoras no meio urbano e viram na olivicultura uma alternativa de diversificação da renda.



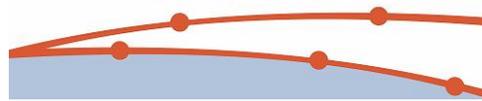
Além destes, 17% dos entrevistados (2 produtores), são pessoas que vieram de outras regiões e estão radicados já há algum tempo em Santana do Livramento e encontraram uma alternativa de negócio na olivicultura. Ainda destaca-se que 1 produtor (8% dos pesquisados) é alguém da região que era assalariado e também percebeu a olivicultura como uma alternativa de diversificação de renda. E por fim, apenas 1 produtor veio de outra região especificamente para empreender na olivicultura, que equivale a 8% dos entrevistados.

Complementarmente foi perguntado aos produtores que vieram de outra região, qual o motivo de escolher Santana do Livramento. Dentre os três entrevistados que vieram de outra região, dois responderam os motivos, a seguir: “Porque a Campanha Gaúcha é o melhor lugar para produzir vinho tinto fino, e no lugar de vinho tinto sempre tem possibilidade de azeite” (ENTREVISTADO P7,2018). “Primeiramente pelo clima, e em segundo lugar pela mão de obra qualificada que já existe da uva” (ENTREVISTADO P1, 2018). Pode-se dizer que para estes, a vontade de empreender dentro do agronegócio, voltado a produtos que tenham diferencial ligado a solo e clima da região (uva e azeitonas) foi o elemento motivador da busca da região para o empreendimento.

3.4 ANÁLISE CONSOLIDADA SOBRE O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DA OLIVICULTURA EM SANTANA DO LIVRAMENTO

O quadro 3 faz uma síntese dos principais resultados encontrados para a análise feita sobre o setor acerca de potenciais características de desenvolvimento endógeno, presentes em sua formação. Corroborando com a teoria foi observado no setor olivícola de Santana do Livramento que o processo cumulativo e a capacidade de organização coletiva dos produtores não é ainda uma característica do setor, mas parece estar em processo de desenvolvimento. Isso é reforçado quando se percebe que apenas dois dos entrevistados fazem parte de uma associação (IBRAOLIVA³) e mais da metade desconhecem as que existem (67%). Um ponto positivo neste processo é que a metade dos entrevistados já tomam decisões cooperando entre eles e observam resultados positivos deste tipo de interação.

³ O Instituto Brasileiro de Olivicultura (IBRAOLIVA) é uma associação sem fins econômicos, constituída por pessoas físicas e jurídicas. Foi criada com o intuito de unir os olivicultores brasileiros e demais atores da cadeia oleícola do Brasil, tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento, fortalecimento e competitividade da olivicultura no país.



Quadro 3 – Consolidação da análise sobre as características de desenvolvimento da olivicultura em Santana do Livramento confrontada com elementos da revisão de literatura

Característica retirada da teoria	Característica da Olivicultura em Santana do Livramento
O processo cumulativo passa pela relação entre os agentes e pela capacidade de organização coletiva destes.	Metade dos produtores coopera entre eles, a outra metade não coopera entre eles. E apenas 37% conhecem ou participam das associações e organizações existentes.
Retenção de excedente econômico criado na economia local ou a atração de excedentes originários de outras regiões, resultando no aumento do emprego, do produto e da renda do local ou da região.	A maioria dos produtores desenvolve seu empreendimento com recursos próprios. Os excedentes do empreendimento são utilizados para o desenvolvimento do local, e parte para lazer familiar.
Inclusão de outros fatores de produção, bem como ciência e tecnologia, capital humano, pesquisa e desenvolvimento, conhecimento, instituição e meio ambiente. Todos estes fatores devem ser estabelecidos dentro da região pelo meio endógeno.	Cerca de metade dos produtores adquire tecnologia ligada ao processo de produção, apoio para o desenvolvimento do empreendimento dentro do município e dentro da região. Colaboradores especializados, gestão e insumos de produção são adquiridos dentro do município.
Estabelecimento de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando à fundação do desenvolvimento local como algo que gera a inovação.	Maior parte dos entrevistados acreditam que não há necessidade, até o momento da pesquisa, deque haja políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do setor
Estabelecimento de relações do setor com a sociedade local.	Existe uma boa relação entre o setor e a sociedade local
Uso de fornecedores de materiais e serviços locais.	São utilizados principalmente materiais e serviços locais
Estímulo ao sentido empreendedor nos cidadãos: existência de incubadoras de empresas, Capacitação para métodos sócio-produtivos mais favoráveis, Capacitação empresarial, gerencial e tecnológica, Desenvolver APLs locais, Acesso a crédito ou micro- crédito local.	De modo geral, os produtores não necessitaram desses fatores até o momento da pesquisa, ou adquiriram ou tiveram acesso a eles no município, quando necessário.
Planejamento do Desenvolvimento Local (ou do setor) que conte com vários atores (sociedade civil, o mercado e o poder público).	Ainda há pouco, mas há interesse entre produtores em planejar e terem mais envolvimento do setor em prol do desenvolvimento local.
A importância do papel dos atores locais, tais como: universidades, centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais, entre outros	Ainda não está presente, de forma evidente, intensional e articulada, a interação destes atores em prol do desenvolvimento do setor

Fonte: Elaborado pelos autores.

A maior parte dos produtores entrevistados (58%) começou e mantém seu empreendimento com recursos próprios e 34% buscou crédito junto ao sistema financeiro. Os excedentes do empreendimento são usados para o desenvolvimento do mesmo (infraestrutura, tecnologia ou expansão do negócio). Ou seja, existe reinvestimento local e uma pequena parte (1 entrevistado) utilizam seus excedentes para lazer familiar, dito isso, com base na teoria, está havendo retenção de excedente econômico que está sendo criado na economia local.



Aproximadamente metade dos produtores (45%) entrevistados adquire os insumos, bem como a tecnologia voltada ao processo de produção, e obtém o suporte preciso para o desenvolvimento do empreendimento no município e na região onde o município está instalado. Já os colaboradores especializados e os insumos de produção são, de modo geral, encontrados e adquiridos dentro do município (82%) e outros 9% os obtêm na região de inserção. Pode-se dizer que o setor tem características iniciais que podem classificá-lo como potencial contribuidor ao desenvolvimento endógeno da região.

Sobre as instituições de apoio para o desenvolvimento do setor, 70% diz adquirir ou ter acesso no município, 20% adquire ou tem acesso a partir de importação e 10% diz que não é algo que o empreendimento tenha demandado até o momento. Quanto ao apoio financeiro (crédito) para o desenvolvimento do setor 73% informa que não é algo que o empreendimento tenha demandado até o momento, 18% afirma adquirir ou ter acesso no município e 9% adquire ou tem acesso na região de inserção do município. Sobre organizações de apoio para o desenvolvimento do setor (gestão), 45% dos entrevistados informam adquirirem ou terem acesso no município, 36% afirmam não ser algo que o empreendimento tenha demandado até o momento e 18% adquire ou tem acesso fora da região.

Quando questionado sobre políticas públicas para o desenvolvimento do setor, 64% dos entrevistados afirmaram que não é algo que o empreendimento tenha demandado até o momento, 27% adquire ou tem acesso no município e 9% diz que adquire ou tem acesso na região de inserção do município. Sobre as organizações que contribuam para o desenvolvimento de inovações voltadas para o setor, 55% dos entrevistados dizem não ser algo que o empreendimento tenha demandado até o momento, 27% afirmam que adquirem ou tem acesso no município, 9% adquirem ou tem acesso na região de inserção do município e 9% adquire ou tem acesso fora da região.

A teoria diz que uma das características do desenvolvimento endógeno vem a ser a formação de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, gerando a inovação. No município foi visto que não existe essa característica, pois mais da metade dos produtores (64%) acredita que não seja necessário no momento para o seu empreendimento. Pode-se dizer que é algo que não está acontecendo e que os mesmos não acham relevante para o cenário atual.

Pode-se dizer que a relação do setor olivícola com a sociedade local está em processo de construção. Um dos fatos a considerar é que a oferta de produtos do setor, em âmbito local



é pequena, uma vez que a maior parte do grupo ainda não se encontra em fase de produção (2 pomares produtivos e 1 produtor de azeite). Além disso, ainda indicam como pequena a participação em eventos locais (ligados a turismo, eventos técnicos, discussões sobre o desenvolvimento regional, reuniões com empresário locais de setores afins ou organização de eventos para a promoção do setor). Com base na teoria, a demanda por materiais e serviços locais está sendo sanada por meio de fornecedores do município, sendo que há produtores que fornecem mudas e auxiliam com o conhecimento sobre a produção como é o caso do pioneiro, Sr. Rotondo. Porém há produtores que buscam fora do município esses serviços. Sendo necessária a compra de alguns materiais em outras regiões, por não haver oferta local.

Ainda não há no município o estímulo por meio de incubadoras, APLs locais e crédito específico para a olivicultura, porém, existem grupos entre os produtores que colaboram uns com os outros, trocando ideias e conhecimentos. Pode-se dizer que esses estímulos não acontecem ainda, pois essa produção é recente no município, não havendo no momento um grande interesse do aprofundamento nesse setor. Em relação ao planejamento do desenvolvimento local, foi observado o envolvimento dos empresários ainda é de pouca intensidade (ficando a indicação de participação entre raramente e às vezes).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal neste estudo foi analisar a emergência do complexo olivícola em Santana do Livramento-RS, sob a perspectiva do desenvolvimento regional endógeno. Pode-se dizer que o setor é recente no município, com pomares com até 8 anos de idade. Poucos estão em produção e a industrialização com produção de azeites já é parte da realidade local. O tamanho das propriedades é bem variado, mas preponderam as micro, pequenas e médias propriedades rurais, assim como é variado o tamanho dos pomares. A característica dos produtores é diversa e entre estes existem os que migraram para região especificamente para envolver-se com a produção olivícola.

Pode-se dizer que o setor tem potencialidades reais de se desenvolver com características típicas de desenvolvimento endógeno, mas que as relações entre os produtores e entre estes e os demais atores locais precisa ser aprimorada. Destaque-se, em especial, a necessidade de ter apoio explícito dos órgãos públicos por um lado e ações de participação efetiva em atividades ligadas ao desenvolvimento regional, por parte dos produtores, bem como a maior interação entre empresários locais visando intensificar a articulação entre os vários setores que podem promover o desenvolvimento regional endógeno.



Ficam como sinalizações desta pesquisa inicial: a. a necessidade de manter a observação do setor para mapear seu desenvolvimento; b. tentar verificar se a presença de pessoas externas a região, como pioneiros na produção pode ser um alavancador ou um entrave ao desenvolvimento de características mais associativas entre os produtores e entre estes e outros atores regionais. Resta, por fim, chamar-se atenção para a necessidade de melhorar a qualidade dos dados secundários disponíveis sobre o setor, dadas as discrepâncias observadas nesta fase da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ADEJ. **Agência de desenvolvimento de Jundiaí e Região**, 2018 Disponível em: <<http://www.adej.org.br/desenvolvimento.asp>>. Acesso: 13/06/2018.
- AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 26, n. 3, 1995.
- AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, 2009.
- BARQUERO, A. V. **Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo**. Madrid: Pirámide, 1988.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280p.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 09-32, 2008.
- COSTA, F. A. Polaridades e desenvolvimento endógeno no sudeste paraense. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 6, n. 10, p. 29-54, 2005.
- COUTINHO, E. F. et al. **Oliveira: aspectos técnicos e cultivo no Sul do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2015.
- COUTINHO, E. F.; RIBEIRO, F. C.; CAPPELLARO, T. H. **Cultivo de oliveira (Olea europaea L.)**. Embrapa Clima Temperado-Sistema de Produção (INFOTECA-E), 2009.
- DINIZ, C.C.; SANTOS, F.; CROCCO, M.A. Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional. In DINIZ, C.C.; CROCCO, M.A. **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DA SILVA, T. M. **Caracterização da estrutura da cadeia produtiva da olivicultura no estado do Rio Grande do Sul: o caso das propriedades rurais de Cachoeira do Sul**. Cachoeira Do Sul, 2013.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **FAOSTAT: Statistical database**, FAO, 2018.



FOCHEZATTO, A. Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo. **O ambiente regional. Três décadas de economia gaúcha**, v.1, 2010.

FILIPPINI ALBA, José Maria et al. Zoneamento edafoclimático da olivicultura para o Rio Grande do Sul. In: Embrapa Clima Temperado-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: Congresso Brasileiro De Fruticultura, 23, 2014, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SBF, 2014.

GOMES, Pimentel. **A olivicultura no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1979.

HIRSCHMAN, Albert O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>> Acesso em: 01 novembro de 2018.

IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=43&tema=76234> Acesso em: 01 novembro de 2018.

IBGE. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 33, p. 330-341. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv27295_33.pdf.> Acesso em: 01 novembro de 2018.

ISARD, W. **Location and space-economy**. Massachusetts: The Technology Press of Massachusetts Institute of Technology, 1956.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Uberaba: Saga, 1965.

PERROUX, F.; DE FREITAS, J. L. **A economia do século XX**. Barcelona: Herder, 1967.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO. **Abertura oficial da colheita das oliveiras no RS acontece no próximo dia 05.2015**. Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/abertura-oficial-da-colheita-das-oliveiras-no-rs-aconteceno-proximo-dia-05> acesso: 25/06/2018.

SOUZA, de N. J. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo, Atlas, 2009.

STEINKEL, E.; BAUMGARTEN, J. T. Desenvolvimento endógeno e cultural como contingente de inovação: o relato do caso da estratégia saúde familiar como propulsor inovacional de um bairro em uma cidade da região noroeste do estado do rio grande do sul. In: III Encontro nacional de propriedade intelectual, 2017, Santo Ângelo. **Anais...** Santo Ângelo, 2017.

TENÓRIO, Fernando G. **Desenvolvimento local: cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV, p. 71-101, 2007.

TERAMOTO, Juliana R. S. **Histórico da cultura da Oliveira no Brasil**. 2010. 31 slides. Secretaria Paulista e Abastecimento - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA). Disponível em:< http://www.apta.sp.gov.br/olivasp/anexos/HISTORICO_INTRODUCAO_CULTURA_OLIVEIRA_NO_BRASIL.pdf> Acesso: em 15 de agosto de 2018.



TERAMOTO, J.R.S; BERTONCINI, E.I.; PRELA-PANTANO **Desafios para produção de azeite no Brasil.** 2010. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2010_4/DesafioOliva/index.htm>. Acesso em: 29/10/2018.

TERAMOTO, J.R.S; BERTONCINI, E.I.; PRELA-PANTANO **Histórico da introdução da cultura da oliveira no Brasil.** 2010. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2010_4/HistoricoOliveira/index.htm>. Acesso em: 22/10/2018.

VON THÜNEN, J. H. **Isolated state:** an English edition of Der isolierte Staat. Pergamon Press, 1926.

WREGE, M. S.; COUTINHO, E. F.; PANTANO, A.P.; JORGE, R. O. Distribuição potencial de oliveiras no brasil e no mundo. **Revista Brasileira Frutic.** Jaboticaba-SP. v. 37, n. 3, p. 656-666, 2015.